

**SANTOS, Milton, (1993) A URBANIZAÇÃO
BRASILEIRA, São Paulo, Ed. Hucitec,
157 pgs.**

G. Mertins¹

Geógrafos europeus que há alguns anos têm se ocupado intensivamente com os problemas funcionais e espaço-estruturais da América Latina, sobretudo com o fenômeno da urbanização e suas consequências, se aproximarão com grandes expectativas deste livro: o autor é um dos geógrafos brasileiros mais reputados internacionalmente e é também há muitos anos, em especial no campo da Geografia Urbana, um dos teóricos e metodólogo mais estimulantes.

Este estudo pretende ser um resumo que abranja aspectos integrados sobre o atual processo de urbanização brasileiro, pois apesar de algumas publicações antigas que poderiam ser chamadas de clássicas (pág. 11 e 12), existe ainda uma lacuna neste campo de investigação. O autor alerta, por precaução, logo no início, para três deficiências principais do seu livro (pag. 13 e 14) que todavia, ao meu ver, não são "principais". Em um estudo de tal envergadura, o enfoque interdisciplinar que considera o máximo possível de fenômenos sociais só pode ser vantajoso .

1 Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Marburg, República Federal da Alemanha. Tradução de Altiva Barbosa, pós-graduanda do Programa de Geografia Humana da FFLCH-USP.

G. Mertins

O autor compreende a urbanização - especialmente no contexto da América Latina - num duplo aspecto (pag. 9): primeiramente na relação espacial (urbanização do território), ou seja: na dispersão da área das cidades, e, por outro, como ampliação das formas urbanas de vida; organização e produção no espaço rural. Através desta ampliação, o espaço rural esta sendo "modernizado" e sua população urbanizada (urbanização da sociedade).

A dicotomia entre um "Brasil urbano" e um "Brasil agrícola" (não mais "Brasil urbano ou de cidades", e, "Brasil rural") perpassa todo o livro, e, é para Milton Santos da mais decisiva importância, para se entender o processo de urbanização (que já não é mais ligado as cidades), e o de modernização - em progresso contínuo desde a industrialização, e que transcorre segundo critérios da racionalidade. Mas este raciocínio central e, ao meu ver, lamentavelmente inconsequente num ponto decisivo: é indubitável que cidades estejam situadas nas regiões agrícolas e que a produção agro-industrial também se realize dentro das regiões metropolitanas; mas o que são atividades rurais e onde se realizam? não é no espaço rural? Creio que, no que se refere a agricultura, deveria ser diferenciado(mesmo por uma questão teórico-metodológica) um setor moderno de um setor tradicional (e isto é mencionado na pag. 66), que se oriente principalmente à necessidade local e a regional. Ambos caracterizam certas regiões determinantes, juntamente com as cidades que lhes pertencem. Pode-se também estabelecer diferenças gerais entre regiões economicamente desenvolvidas, ou em processo de desenvolvimento por um lado (aqui estão incluídas também as regiões de colonização agrária, e suas cidades, que crescem velozmente, servindo como centro de difusão tanto para inovações tecnológicas, como para formas de vida urbana), e regiões deprimidas (pag. 66) por outro lado, com uma estrutura agrária, com uma agricultura bem como com relações cidade-campo, ainda hoje tradicionais. Aonde se incluem afinal, segundo Milton Santos, estas grandes regiões (como por exemplo NE)? Ao Brasil agrícola provavelmente não, e ao Brasil urbano?

Tentando-se transferir estas idéias sobre a dicotomia entre as regiões urbanas e agro-pecuárias (agrícola) a outros países sul-americanos, como por exemplo a região andina, chegaríamos ao meu ver a consideráveis espaços vazios, e, precisaríamos conservar, ainda que incondicionalmente, a categoria de espaços agrários tradicionais.

Após uma visão histórica geral sobre a urbanização brasileira (cap. 2), e, antes do capítulo realmente mais importante (cap. 3), Milton Santos faz uma breve explanação sobre o recente desenvolvimento da população urbana, agrária e rural (cap. 3). Aqui sejam permitidas algumas questões: "população agrícola", significa pessoas que trabalham na agricultura, e, nela exclusivamente no setor moderno. E o que se entende por população rural (certamente diferente da definição do IBGE), e a população das regiões deprimidas? A cidade e conseqüentemente a população urbana são definidas conforme as categorias do censo ou não?

Diferentemente das "Geografias Urbanas" comuns e tradicionais, a ênfase dos capítulos principais não está na descrição, análise e interpretação do crescimento urbano e dos componentes estruturais e funcionais da urbanização; o leitor até procurará em vão por estes últimos. O valor do estudo de Milton Santos está exatamente no fato de colocar em primeiro plano os fatores que orientam a urbanização, e, não os aspectos meta-processuais. Quais processos (técnico-científicos, infra-estrutural etc.) influenciam, em grande medida, e com interdependência considerável, a urbanização brasileira e suas formas externas; a urbanização concentrada e a metropolização (pag. 66 e s.)? Indicadores como o alto grau de concentração de ramos econômicos em poucas metrópoles e a ampla participação de algumas empresas, em geral multi-nacionais, são todavia conhecidos. Eles estão sendo aqui colocados sabiamente, não apenas para demonstrar a dominância de poucas metrópoles (oligopolização), mas exatamente para enfatizar sua importância para uso e controle do espaço (controle do território, pag. 101), isto é, a sua importância para a difusão de técnicas modernas de produção e comunicação como também de modos urbanos de comportamento. A citação, da macro-metrópole paulista como "metrópole onipresente" em

G. Mertins

todo o território brasileiro, em mais de um local (por exemplo nas págs. 54 e 90), afirma esta opinião (contudo, não foi o chanceler Helmut Kohl que mencionou no dia 5-4-70, em São Paulo, a contribuição direta e indireta de empresas alemãs para a criação de 600 mil empregos só no Estado de São Paulo (pag. 101), mas o seu antecessor Helmut Schmidt).

De modo geral Milton Santos, partindo do exemplo bem esboçado do processo de urbanização brasileiro - mesmo não *expressis verbis* - utiliza parâmetros importantes de uma nova teoria de ordenamento e uso do espaço, no qual elementos urbanos possuem claramente maior peso. Todavia trata-se apenas de um começo que sem dúvida merece ser seguido. Já neste momento tornam-se visíveis outras facetas do processo de urbanização que resultam em novas possibilidades de interpretação, por exemplo com a transformação de metrópoles regionais antigas em metrópole de nível nacional (pag. 54), ou através da desurbanização (pag.8 e seguinte). Com isto abrem-se novas perspectivas para uma Geografia Urbana mais orientada interdisciplinar e processualmente. Nela estão no centro os atores importantes - "os policy makers" - (pag. 102) em diversos níveis, e os elementos estruturais-funcionais são antes de tudo, resultados de processos de valorização e decisão economicamente geridos.

Há ainda uma longa caminhada até que se chegue a uma teoria do espaço, e, mesmo neste livro, algumas questões e mal-entendidos, precisam ser eliminados, como por exemplo: porque cidades com mais de 20.000 habitantes - diferentemente de qualquer consenso - são designadas como aglomerações (cap. 8, e nos mapas em anexo)? O limite inferior das cidades médias, com cerca de 100.000 habitantes (pag. 51 e 71), por sua vez, está sendo utilizado de forma correta.

E para finalizar: a grande expectativa inicial, já mencionada, em relação a este livro não se realizou para mim completamente; ao lado de alguns pontos de interrogação já referidos, resta uma certa discrepância entre pretensão teórica (inícios de uma nova teoria de "usos do espaço"), e uma argumentação e interpretação analíticas do processo de urbanização, como também seus parâmetros. Nestes últimos o autor se sai melhor, trazendo-nos ênfase e enfoque novos.